

cadernos  
**IHU**  
ideias

*O Slow Food e novos  
princípios para o mercado*

Eriberto Nascente Silveira



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.



cadernos **IHU** ideias

## **O *Slow Food* e novos princípios para o mercado**

Eriberto Nascente Silveira

ano 9 nº 160 2011 ISSN 1679-0316

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

*Reitor*

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

*Vice-reitor*

José Ivo Follmann, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

*Diretor*

Inácio Neutzling, SJ

*Gerente administrativo*

Jacinto Aloisio Schneider

**Cadernos IHU ideias**

Ano 9 – Nº 160 – 2011

ISSN: 1679-0316

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Dra. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

*Conselho científico*

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos – Doutora em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

*Responsável técnico*

Marcelo Leandro dos Santos

*Revisão*

Isaque Gomes Correa

*Editoração*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

**www.ihu.unisinos.br**

## O SLOW FOOD E NOVOS PRINCÍPIOS PARA O MERCADO

*Eriberto Nascente Silveira*

*O vidente, estando pegado nisto que ele vê,  
é ainda ele mesmo que ele vê:  
há um narcisismo fundamental de toda visão;  
e que, pela mesma razão, a visão que ele exerce,  
ele a recebe também das coisas, que,  
como dizem vários pintores,  
eu me sinto olhado pelas coisas,  
minha atividade é identicamente passividade  
– o que é o sentido segundo  
e mais profundo do narcisismo.*

Merleau-Ponty

### Introdução

Este artigo busca analisar a relação entre o mercado na forma como ele se apresenta na atualidade e os novos princípios de consumo, partindo de um movimento conhecido como *Slow Food*, isto a fim de mostrar como, nos dois casos, o mercado organizado pela lógica liberal capitalista e o mercado de produtos ecológicos, baseado em princípios sustentáveis, encontram-se numa estratégia de ação para a inserção e valorização do produto nos mercados locais. Deve-se considerar aqui, no que diz respeito às estratégias de ação, que, embora o mercado liberal receba críticas da vertente político-econômica ecológica, como veremos, ele também estrutura-se por meio do discurso da sustentabilidade, o que já era fato nos primeiros anos da década de 1970 e que se consolida a partir do Relatório Meadows<sup>1</sup> e do termo “codesenvolvimento”.

Assim, começarei expondo alguns conceitos-chave para um melhor entendimento do que me propus nesse artigo. Um deles é o conceito de sustentabilidade, muito apregoado pela política econômica na atualidade. Veremos o quanto de ideológico há nesse conceito e, ao mesmo tempo, numa linha de pensamento menos radical, como ele pode levar a soluções de pro-

---

1 Trata-se de um “estudo realizado por um conjunto de cientistas e técnicos do MIT (Massachusetts Institute of Technology) a pedido do Clube de Roma sobre os ‘Limites do Crescimento’” (SCOTTO, 2009, p. 21).

blemas mais ou menos urgentes, ao se tratar especificamente de questões ambientais e reservas de recursos naturais. Contudo, fica o indício de que, mesmo assim, tal abordagem sustentável da economia recai sempre sobre os mais fracos e pobres com as imposições mais duras. Daí, buscando um novo significado ao conceito sustentável, passarei a mostrar como o movimento *Slow Food* atua e, assim, irei pensar um mercado de produtos ecológicos diferenciado do mercado liberal regulado e dito sustentável, que muitas vezes apenas é um *slogan*, uma vez que a cadeia de produção baseada em princípios sustentáveis não tem todas as suas etapas amparadas pelos mesmos princípios.

### **Economia de mercado e sustentabilidade**

Abordarei algumas críticas feitas pela economia ambiental às ideias clássicas presentes na economia vigente e sua modalidade principal – o mercado liberal – para que, num segundo momento, estas linhas possam facilitar o entendimento do que me propus na introdução; mas procuro com isso principalmente enfatizar que em certos processos de inclusão social, seja ele por parte de governos ou não, sempre há a voz do outro que é calada, muitas vezes pelo uso ideológico de certos conceitos e pelo excesso de tecnicismo na aplicação de programas inclusivos, como observaremos na comunidade que apresentarei no terceiro subtítulo.

As economias atuais passam por um dilema: como manter o crescimento e o desenvolvimento econômico de forma sustentável?<sup>2</sup> De cunho quantitativo, o crescimento econômico capita-

---

2 Importante diferenciar este conceito em seu uso pela economia neoclássica e de como é usado pela economia ecológica. A sustentabilidade aparece pela primeira vez na versão da *Estratégia mundial para conservação* (1980) como “una característica de un proceso o estado, que puede mantenerse indefinidamente” (HAUWERMEIREN, 1998, p. 97). É tomada a partir dessa noção para compor o que o *Relatório de Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (1987) chamou de desenvolvimento sustentável, definido como “el desarrollo que satisface las necesidades del presente, sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras, de satisfacer sus propias necesidades” (HAUWERMEIREN, 1998, p. 98). Contudo, falar em desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade confunde-se muito com crescimento econômico sustentável. E é essa noção mais comum. A diferença está justamente na equação crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade. Para a economia ecológica, o crescimento está fora de questão, uma vez que é a capacidade de sustentação do ecossistema global e a distribuição equitativa (HAUWERMEIREN, 1998, p. 98) os determinantes da política econômica de um Estado, e não o crescimento, mesmo que baseado num processo de sustentabilidade dos recursos naturais para transformação em produtos de consumo. Basicamente, o que Hauwermeiren (1998) alerta é para a existência de um modelo de desenvolvimento sustentável em que prevalece o estatuto de favorecimento da economia ao crescimento e não à equidade de distribuição tanto dos benefícios como dos custos ambientais entre a população de um mesmo país como entre países (equidade intrageracional) e equidade de distribuição tanto dos benefícios como dos custos ambientais também entre gerações presentes e futuras (equidade intergeracional).

lista inviabiliza num primeiro plano – o da exploração dos recursos naturais – qualquer possibilidade de seu ajuste a uma sustentabilidade ambiental; já o desenvolvimento econômico de cunho qualitativo, por referir-se às transformações das condições de vida tanto no âmbito material como no âmbito cultural (bem-estar social) dos indivíduos, por estar intimamente ligado ao fator de crescimento, corre o risco de sucumbir perante qualquer alternativa aparentemente viável à essa sustentabilidade (HAUWERMEIREN, 1998). De qualquer forma, a política e a economia interessam-se cada vez mais pelo conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez diante dos fatos demonstrados de aumento da escassez de recursos naturais, principalmente dos não renováveis, ou mesmo dos renováveis, que, conforme o nível de consumo de uma sociedade ou por alterações do ecossistema, podem esgotar-se (HAUWERMEIREN, 1998).

Em relação a isso, a economia baseada no mercado de fluxo de produtos, tendo como um de seus interesses básicos o modo de interação dos indivíduos em relação às suas preferências de consumo, em suas buscas de satisfação (FREEMAN apud JAMIESON, 2003), incide sobre a questão do meio ambiente com poucas alterações em sua lógica estruturante da sociedade.<sup>3</sup>

O conceito de sustentabilidade ambiental, como Hauwermeiren (1998) analisou, apresenta-se de duas formas na sociedade, como regulação<sup>4</sup> do mercado, isto é, impondo limites à produção que supera a capacidade e o tempo de regeneração dos bens naturais e, ao mesmo tempo, só que de modo negativo, parece conter um elemento disciplinador para os países cujas economias não se ajustam à forma do mercado de consumo de produtos com o *slogan* ecológico, alterando o circuito de bens de consumo com a supressão de alguns produtos e sacrificando a própria economia desses países, até que se adéquem. Só isto já denota uma diferença considerável com um mercado de produtos ecológicos sem necessariamente ser vendido com esse *slogan*. Não é sem sentido o uso contínuo desse conceito no discurso econômico e político. Para Acselrad (2004), a sustentabilidade trata-se de uma construção discursiva que coloca em debate alguns princípios que orientam a reprodução da base material da sociedade e que acaba valendo como definidor do que é legítimo e o que não o é em relação a essa base material.

---

3 Como aponta Hauwermeiren (1998, p. 101), as variáveis são sempre reduzidas como “ la producción o producto total de una economía, el empleo, la inversión, el consumo, el nivel global de precios, etc.”

4 Alain Lipietz, conforme Acselrad (2004) entende regulação “como conjunto de normas, incorporadas ou explícitas, de instituições, mecanismos de compensação e dispositivos de informação (tais como normas de formação de salários, modalidades de concorrências entre as empresas e mecanismos de criação de moeda e crédito), que ajustam permanentemente as antecipações e os comportamentos individuais à lógica de conjunto de regime de acumulação”.

Em função do tipo de definição que prevaleça e se estabeleça como hegemônica, as práticas sociais serão divididas em mais ou menos sustentáveis, entre sustentáveis e insustentáveis; portanto serão legitimadas ou deslegitimadas, retirando-se e atribuindo-se respectivamente legitimidade a essas diferentes formas de apropriação (ACSELRAD, 2004, p. 2).

A sustentabilidade como discurso político busca criar um consenso acerca do que pode ser feito em relação ao modo de atuação da economia, onde justamente diluem-se as diferenças na apropriação dos bens de consumo, tanto em sua produção como em seu consumo. O modelo de regulação do mercado de consumo passa a ser fundado então pelas alternativas ecológicas que eclodem em meio às crises socioambientais marcadas pelos conflitos de cunho ambiental. Acselrad situa bem essa questão ao falar da sustentabilidade nas cidades:

Ora tecnifica-se o debate, tentando enquadrar a sustentabilidade nos propósitos de obtenção de cidades compactas, econômicas em espaço, matéria e energia, ora propugna-se o consenso como condição para a construção de cidades duráveis, abdicando, conseqüentemente, de considerar as cidades enquanto espaço por excelência do debate público e da construção de mundos diversos e compartilhados. Neste quadro, a “sustentabilidade urbana” tende a se reduzir a um artifício discursivo para dar às cidades um atributo a mais para atrair capitais através da dinâmica – via de regra predatória – da competição interurbana (ACSELRAD, 2004, p. 36).

De outro modo, a noção de sustentabilidade pode ser usada para análise crítica de indicadores econômicos que partem de uma perspectiva neoclássica para formar o consenso, como mostra Hauwermeiren (1998) ao analisar o que se passa com os países que importam capital natural<sup>5</sup> de outros países mais pobres. De acordo com a noção de sustentabilidade fraca,<sup>6</sup> um quadro com resultados numéricos apresentado por Pearce e Atkinson (1993) mostra que o Japão, seguido por Alemanha e Estado Unidos, encabeça a lista com o maior índice de sustentabilidade fraca, sendo o principal importador de capital natural dos países que estão classificados como insustentáveis. Entre estes situam-se Papua-Nova Guiné, Indonésia e Nigéria. Para a autora, o que ocorre é que, no caso dos países que dependem da extração e exportação de seus recursos naturais, são conta-

---

5 Conforme a autora (1998), o capital natural é “el stock de activos naturales que produce un flujo de bienes y servicios valiosos para ele futuro”.

6 “[define-se] como el mantenimiento de la sumadel ‘capital natural’ y del ‘capital hecho por los humanos’” (HAUWERMEIREN, 1998, p. 112).



bilizadas a depreciação do seu capital natural, o que não é descontado de países como Japão.

Fica clara, neste caso, a ideia de sustentabilidade a serviço de uma rede hegemônica de Estados ricos que se beneficiam dos recursos naturais de outros países. Contudo, esta mesma noção implica a considerar que os países ricos têm condições de compensar a depreciação do capital natural em seu próprio território, assim como a soma de suas economias pode compensar a de todo o mundo (HAUWERMEIREN, 1998, p. 116).

Dito isso, não basta mensurar tais usos de recursos naturais com base em índices de poupança (é o que o Estado capitaliza) em relação ao que se consome em produtos em termos de ambiente.<sup>7</sup> Os índices de bem-estar sustentável devem abranger a distribuição da renda, a saúde e a educação (HAUWERMEIREN, 1998, p. 117) e estão representados pelo IBES, PNUD e IDH.<sup>8</sup> No IBES destacam-se os seguintes fatores sociais e ambientais: a contribuição das atividades não monetarizadas; o esgotamento dos recursos naturais; o dano ecológico de qualquer tipo; e a acumulação dos gastos defensivos. O PNUD considera como fatores para os índices de bem-estar a longevidade e a saúde; a aquisição de conhecimentos que desenvolvam em cada ser humano potencialidades e habilidades adequadas em relação às necessidades; e ter acesso a renda e recursos necessários para desfrutar de um nível de vida digno de liberdade e com respeito aos direitos humanos. E, por último, o IDH baseia-se em três indicadores que representam essas dimensões, que são a longevidade, o nível educacional e o nível de vida (HAUWERMEIREN, 1998).

Até aqui temos um corolário de ideias em que se há, por um lado, uma descrença nos fatores usados para mensuração do grau de escassez dos recursos naturais e a possibilidade de se restabelecerem, vimos, por outro lado, que há ainda interesse político no desenvolvimento dos estudos pertinentes ao ecossistema para a integração de novos elementos que ampliam a perspectiva, deixando de ser meramente econômica. Holland (apud JAMIESON, 2003) procura distinguir exatamente isso. À frente de um dilema ecossocial, digamos assim, o autor pergunta a respeito dos problemas da economia encontrados com a crise do meio ambiente e as soluções oferecidas por essa ciência.

---

7 No quadro demonstrado por Hauwermeiren (1998, p. 115), estes índices são considerados na diferença entre o percentual da poupança na renda, a depreciação do capital produzido pelo homem em percentual da renda e a depreciação do capital natural em percentual da renda. O resultado é expresso pelo índice de sustentabilidade fraca.

8 IBES é sigla em espanhol para “Índice de Bienestar Económico Sustentable” e sua tradução em inglês é ISEW “Índice of Sustainable Economic Welfare”. PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

Para alguns, o crescimento econômico é o motor da degradação da natureza, e para outros, segundo Holland (apud JAMIESON, 2003), não adiantaria zerar o crescimento, tendo em vista que, caso viesse a causar uma grande guerra, esta seria o próprio motor de degradação. Daí que o desenvolvimento sustentável<sup>9</sup> ou a sustentabilidade expressa o caminho intermediário desse antagonismo. Dito isso, de acordo com o relatório Brundtland (WCDE, 1987), não se espera abandonar o crescimento econômico como mecanismo de combate à pobreza, mesmo não sendo totalmente eficiente. Contudo, há de se considerar o desenvolvimento sustentável como uma nova via que sustente a capacidade ambiental, promovendo o crescimento e a diminuição da miséria (HOLLAND apud JAMIESON, 2003). O problema apontado por Holland (ibidem) é se essa via de desenvolvimento é que vai ditar a natureza da proteção ambiental ou se é essa proteção ambiental que vai ditar a natureza do desenvolvimento. A esse respeito, as medidas tomadas pela maioria dos países preocupados com a escassez de produtos naturais passam todas pela economia. O conceito de capital natural e capital criado pelo homem,<sup>10</sup> segundo Holland (ibidem), sugere a preferência, mesmo que equivocada, pelo monetarismo da natureza, mensurando-a nesses termos, como vimos em Hauwermeiren (1998).

Sobre o monetarismo da natureza, Alier (2001) exemplifica bem essa questão mostrando os dados que David Pearce apresenta em seu quadro,<sup>11</sup> que trata do índice de sustentabilidade fraca<sup>12</sup> em alguns países. Para Alier, esses dados podem ser tratados de forma ideológica, uma vez que não há como mensurar ainda o quanto se extrai da natureza, e a mensuração do retorno disso, efetivando a sustentabilidade da natureza, o que é outro fator não demonstrável em números. O que David Pearce abor-

---

9 Conforme o Relatório Brundtland da World Commission on Environment and Development (WCDE, 1987), é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades (HOLLAND apud JAMIESON, 2003).

10 “O capital criado pelo homem compreende todos os artefatos, bem como o capital humano e social – as pessoas, as suas competências, inteligências, virtudes e instituições. O capital natural compreende todos os recursos orgânicos e inorgânicos, que ocorrem naturalmente, incluindo não somente itens físicos, mas também informação genética, biodiversidade, sistemas de sustentação da vida, e sumidouros” (HOLLAND apud JAMIESON, 2003).

11 Cf. quadro em Alier, 2001, p. 121.

12 *Sustentabilidad débil*, como aparece em Alier, em seu *Curso sobre economia ecológica*: período 2, 3 de julho de 2001. Porto Alegre: Emater/RS, 2001. Esta sustentabilidade significa a manutenção da soma do capital natural e o capital criado pelos homens. Para Alier, esta sustentabilidade débil permite a substituição do capital natural pelo capital criado pelos homens. Daí os dados de Pearce que, sem dúvida alguma, tentam traduzir os resultados da utilização dos recursos naturais de alguns países, mesmo que não o produzam, pois leva em consideração a importação e exportação da matéria prima ou capital natural.

da é o percentual da economia<sup>13</sup> na entrada, ou o quanto se tem em capital para usar menos a soma do capital natural e o capital criado pelos homens. O resultado é o índice de sustentabilidade.

O que Alier critica é o erro para o qual o quadro conduz, ao demonstrar que o índice econômico elevado dos países mais ricos capacita-os, por assim dizer, a compensar os custos da depreciação da natureza pelos países mais pobres, que sustentam suas economias extraindo produtos naturais de alto valor de exportação. Isso leva Alier (2001) a concluir que, de um lado, a sustentabilidade fraca funciona como ideologia quando se substitui o capital natural pelo capital de produtos manufaturados, atribuindo-se valor monetário a esses bens ambientais<sup>14</sup> e, de outro, é o uso do pretexto da riqueza como sendo boa para o ambiente. Isso significa que países pobres não têm como manter a sustentabilidade, pois não têm recursos para conter a deterioração da natureza.

Outro elemento importante é a falta de um indicador biofísico que englobe os indicadores físicos, químicos e biológicos, para medir a sustentabilidade (ALIER, 2001).

Vimos que os entraves para a economia liberal são muitos ao considerar as formas de condução e viabilidade da sustentabilidade ambiental paralela ao crescimento econômico. Mesmo assim, observamos que não param de surgir alternativas consideradas ambientalmente corretas no modelo de economia liberal, principalmente para amenizar as consequências das externalidades. As críticas feitas pela economia ambiental à economia vigente redirecionam a discussão para as novas preferências de consumo. A sustentabilidade passa a ser entendida como uma transformação de hábitos de consumo que pode ocorrer pelas trocas de informações entre os indivíduos através de diversos meios e, também, invariavelmente, pelas ofertas de produtos que, desde a manufatura até a sua comercialização, são vendidos como ecologicamente corretos. Nesse caso, é importante alertar as possíveis adequações estruturais político-econômicas para determinadas posturas demonstradas pelo mercado em relação às preferências de consumo na sociedade. Como se trata das escolhas dos indivíduos, em que há uma correspondência entre “o bem ambiental e os bens e serviços postos no mercado ou na identificação de um preço implícito ou custo de oportunidade que restringem as escolhas” (FREEMAN apud JAMIESON, 2003, p. 293), podem-se determinar valores diferentes em se tratando de áreas preservadas. Por exemplo, um mercado de habitação que tem seu valor acrescido por estar em área mais limpa (FREEMAN apud JAMIESON, 2003).

---

13 Por uma questão de interpretação, uso o termo economia para traduzir *ahorro*, que é como aparece em Alier (2001), e que também significa poupança.

14 Tendência que Holland (apud JAMIESON, 2003) observou.

Voltando ao desenvolvimento sustentável, tal uso ainda é muito conturbado. Não há consenso entre os especialistas no assunto que indique o quanto de justiça há na promoção de uma política baseada num desenvolvimento sustentável. Enquanto Acselrad e Alier atribuem um caráter ideológico a esse conceito, Howermeiren e Holland preferem tratá-lo em sua dubiedade, conquanto fique a interrogação deste último: se essa via de desenvolvimento é que vai ditar a natureza da proteção ambiental ou se é essa proteção ambiental que vai ditar a natureza do desenvolvimento (HOLLAND apud JAMIESON, 2003). Esse dilema torna-se a chave para entender as justificativas do desenvolvimento sustentável como política ambiental. De qualquer forma, por ele entende-se a passagem de uma economia baseada em teorias econômicas liberais para o circuito mercado/consumo ecológico. Entre as décadas de 1950 e 1970, desenvolvimento é sinônimo de progresso em termos de crescimento econômico, científico e tecnológico. Contudo, com a crise do petróleo em 1970 e as reivindicações dos movimentos de contracultura iniciados na década anterior, inicia-se uma discussão crítica e condenatória a esse desenvolvimento, em que as preocupações ambientais e o impacto desse modelo apresentam-se oficialmente na ONU quando essa promove a I Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972. Mas foi a partir do Relatório Meadows<sup>15</sup> e do termo “ecodesenvolvimento” que a ideia de desenvolvimento sustentável ganharia vida mais tarde. Apresentado em 1973 por Maurice Strong e com seus princípios formulados por Ignacy Sachs, o

ecodesenvolvimento buscava, portanto, uma via intermediária entre o que Sachs denominava de “ecologismo absoluto” e o “economicismo arrogante”, que pudesse conduzir a um desenvolvimento orientado pelo princípio de justiça social em harmonia com a natureza (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2009, p. 25-26).<sup>16</sup>

---

15 “estudo realizado por um conjunto de cientistas e técnicos do MIT (Massachusetts Institute of Technology) a pedido do Clube de Roma sobre os ‘Limites do Crescimento’” (SCOTTO, 2009, p. 21).

16 A definição de Sachs para ecodesenvolvimento era um “processo criativo de transformação do meio com a ajuda de técnicas ecologicamente prudentes, concebidas em função das potencialidades deste meio, impedindo o desperdício inconsiderado dos recursos, e cuidando para que estes sejam empregados na satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade, dada a diversidade dos meios naturais e dos contextos culturais. As estratégias do ecodesenvolvimento serão múltiplas e só poderão ser concebidas a partir de um espaço endógeno das populações consideradas. Promover o ecodesenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem seus problemas, identifiquem as suas necessidades e os recursos potenciais para conceber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica” (SACHS apud SCOTTO et al., 2009, p. 26).

Alguns anos mais tarde, já em meados da década de 1980, o desenvolvimento ganha novos contornos no relatório Brundtland, entregue em 1987 à ONU, como trabalho final da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD, presidida pela primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

Conforme Holland (apud JAMIESON, 2003), este conceito aparece no relatório como motivo reconciliador entre o homem e meio ambiente. Contudo, aparece também como crítica ao crescimento a partir de uma economia baseada no modo de produção industrial como se apresenta na sociedade. Mesmo assim, não espera abandonar o crescimento econômico como mecanismo de combate à pobreza, mas reconhece a importância de limites a esse crescimento.

Para que deixem de ser dependentes [países em desenvolvimento] não basta uma aceleração do crescimento econômico global. Isso significaria apenas a perpetuação dos padrões econômicos já existentes, ainda que talvez com níveis de renda mais elevados (CMMAD apud SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2009, p. 33).

Com este relatório e toda a discussão desencadeada na década de 1990, com a Agenda 21, o desenvolvimento sustentável ganha força e começa a fazer parte de vez das pautas políticas/econômicas no mundo globalizado, ainda que haja alguns desacordos entre ambientalistas quanto às reais intenções que subjazem a este conceito.

Nele vislumbramos políticas econômicas e sociais comprometidas com o meio ambiente, ainda que destinadas ao favorecimento e fortalecimento de certos mercados. Nesse sentido, por um lado, temos um bem-estar social que passa a depender de uma economia ambiental e não somente de uma política de redistribuição de riqueza numa economia baseada no modelo de produção pós-fordista/global. Por outro lado, abrem-se possibilidades de comercialização de produtos que até algumas décadas atrás diziam respeito a grupos sociais representados em comunidades alternativas, constituindo mercados alternativos. O valor ambiental passa a ser associado a muitos produtos e agrega valor de troca material e simbólico. Temos, assim, o desenvolvimento de um mercado ecológico e o comércio desses produtos ecológicos, considerando o processo de internalização de atributos ambientalmente corretos ou desejáveis como um valor.

### **Movimento *Slow Food***

Com a discussão apresentada anteriormente sobre a questão da sustentabilidade na economia liberal à luz da crítica da

economia ecológica, teve por objetivo preparar o campo de análise da relação do mercado e de suas estratégias para garantir direitos e serviços pautados pelo discurso da sustentabilidade, com princípios de produção e consumo baseados na crítica à velocidade e à pressa do modo de vida urbano-industrial, e que tem como um de seus agentes o movimento *Slow Food*. Com isso, iniciou pela apresentação desse movimento.

Um dos movimentos que sintetiza o significado de uma educação do gosto concomitante ao consumo de produtos ecológicos na sociedade atual é o *Slow Food*. Esse movimento não é promovido pelo mercado liberal e tem aceitação no mercado alternativo, com representação em feiras gastronômicas, feiras em determinadas festas de cunho religioso, e está presente em várias regiões do Brasil e do mundo por meio de seus *convivia*.

O *Slow Food*,<sup>17</sup> baseado no conceito da ecogastronomia,<sup>18</sup> possui sedes nacionais em sete países e uma sede internacional dirigida pelo Comitê Executivo Internacional, eleito a cada quatro anos. Além de buscar alternativas para o plantio e cultivo de alimentos dentro do princípio da sustentabilidade, “apóia as demandas de soberania alimentar, ou os direitos das comunidades de decidir o que cultivar, produzir e comer”, faz acordos com governos de países, por exemplo, o Brasil,<sup>19</sup> com o objetivo de socorrer às pequenas agriculturas familiares baseada nas “pequenas produções de excelência gastronômica ameaçadas pela agricultura industrial, pela degradação ambiental”.<sup>20</sup>

Os alimentos produzidos nessas localidades fazem parte da Arca do Gosto, projeto do movimento *Slow* “que desde 1996 se dedica a redescobrir e catalogar sabores esquecidos, documentando produtos gastronômicos que estão em risco de desaparecer” (CARVALHO, 2007, p. 6).

Trata-se neste caso de uma dialética entre gosto e consumo. Não consumimos somente o que necessitamos, assim

---

17 De acordo com o site <http://www.slowfoodbrasil.com>, “uma associação internacional sem fins lucrativos fundada em 1989, como resposta aos efeitos padronizantes do *fast food*; ao ritmo frenético da vida atual; ao desaparecimento das tradições culinárias regionais; ao decrescente interesse das pessoas na sua alimentação, na procedência e sabor dos alimentos e em como nossa escolha alimentar pode afetar o mundo”.

18 Como está no site <http://www.slowfoodbrasil.com>, “restitui ao alimento sua dignidade cultural, favorece a sensibilidade do gosto e luta pela preservação e uso sustentável da biodiversidade. Protege espécies vegetais e raças animais, contribuindo com a defesa do meio ambiente, da cozinha típica regional, dos produtos saborosos e do prazer da alimentação”.

19 “Desde Agosto de 2004 que a Fundação Slow Food para Biodiversidade tem um acordo de cooperação internacional com o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA), e os projetos estão sendo desenvolvidos no país com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)”. Consulte também o endereço <http://terramadre.slowfoodbrasil.com>.

20 Consulte no endereço <http://terramadre.slowfoodbrasil.com>.

como mudamos nossos gostos conforme vamos consumindo. Essa dialética está bem expressa na teoria de Campbell e Miller (apud LIMA, 2010, 31-53). Duas abordagens diferentes sobre o consumo (a primeira sociológica e a segunda antropológica marxista), mas que concordam quanto a esse aspecto.

Campbell analisa o sistema capitalista a partir de uma apreciação maior dos efeitos do romantismo na modernidade. O romantismo no século XVIII entra com novo estatuto moral e reivindica ao indivíduo a capacidade que ele tem de retirar prazer das atividades a partir das emoções e da imaginação (CAMPBELL apud LIMA, 2010). Essa capacidade caracteriza o hedonista moderno em poder decidir sobre suas escolhas a partir do controle sobre seus sentimentos e assim antecipando suas sensações por meio da imaginação. Desta forma, Campbell vai afirmar que, no consumo, o que menos conta são os produtos propriamente necessários, básicos, o que caracteriza a força do consumo no século XVIII e na contemporaneidade é o próprio processo da “imaginação, capaz de criar situações que lhe dão prazer a partir de uma montagem de imagens coletadas na memória ou retiradas do ambiente” (CAMPBELL apud LIMA, 2010, p. 37). Aí residem as questões sobre a força da publicidade no consumo. Nem sempre estão diretamente relacionadas com a escolha dos indivíduos, uma vez que eles antecipam seus prazeres pela imaginação. Mas estimulam a fantasia, que é o verdadeiro motor do consumo.

De outro modo, Daniel Miller, trabalhando com as ideias de valor de uso e valor de troca de Marx e com o dualismo entre sujeito e objeto tomado de Hegel por Marx, situa o consumo não mais como resultado de relações sociais reificadoras, próprias do modelo de produção capitalista, mas como um processo de resignificação das ligações sociais que começa a estabelecer a partir da troca de produtos (MILLER apud LIMA, 2010).

Também se pode mencionar Renata Menasche (2004) ao usar o conceito de *incorporação* de Fischler, para mostrar que o alimento passa a “transpor a fronteira entre o mundo e nosso corpo... incorporar um alimento é, em um plano real, como em um plano imaginário, incorporar todas ou parte de suas propriedades: tornamo-nos o que comemos” (FISCHLER, 1993 apud MENASCHE, 2004, p. 2).

De outro modo, temos uma política do campo da alimentação, analisado por Portilho (2010) a partir do “processo de ambientalização e politização do consumo, ou seja, a percepção e o uso do consumo como uma forma de ação política, materializando e tornando públicos valores e comprometimentos ambientais e sociais”.

Portanto, não há como pensar o consumo de forma secundária num modelo econômico para análise do processo social, uma vez que se traduz por experiências subjetivas e alcança um

viés formador de hábitos que extrapolam os estímulos da publicidade, por exemplo.

O consumo de novos produtos que possibilitam novos gostos é possível sem estar diretamente ligado a uma ênfase dada pelos instrumentos de estimulação do sistema capitalista e de seu mercado liberal, representado pela publicidade. Isso pode ser mais bem entendido pelo conceito de *habitus*, que consiste, conforme Bourdieu (1998, p. 61), num “conhecimento adquirido e também um *haver*, um capital (...) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural”, e que sendo desta forma indica uma relação com a internalização de práticas fora do circuito tradicional de consumo. Ou seja, podemos dizer que há um tipo de consumo que está intimamente ligado ao *habitus* de consumidores que interagem em novos espaços sociais, como demonstra o movimento *Slow Food*.

Sobre alguns aspectos importantes desse movimento em relação aos produtos nele vinculados e a ideia de desenvolvimento sustentável, podemos seguir o raciocínio de Alier (1998), principalmente quando se pensa na questão social do consumo de produtos ecológicos. Segundo esse autor, há uma ideia altamente criticável de que a comercialização de um produto com ênfase ecológica só é reconhecida como possível no âmbito dos centros geográficos economicamente desenvolvidos. Neste olhar, um ecologismo popular, portanto, seria uma impossibilidade, tendo em vista a falta de recursos básicos que impedem a conservação do meio ambiente. Esse fato é corroborado na diferença do valor dado localmente ao produto e de como ele acaba na mesa dos restaurantes. Daí o problema de uma comunidade em manter-se economicamente, sem esgotar suas reservas naturais em nome da procura do comércio, o que inviabilizaria o projeto sustentável. Mas alerta Alier (1998) que um ecologismo dos pobres é possível, pois têm em vista os vários movimentos que surgiram justamente não porque havia prosperidade, mas logo nos locais em que a necessidade de se limitar os resíduos se impunha. A impossibilidade do ecologismo popular desta forma esbarra na própria história do ecologismo, que demonstra a necessidade do uso sustentável dos recursos que em zonas mais pobres são prioritários para a manutenção da sua economia e a própria sobrevivência dos que nela vivem.

Este é o caso da preservação dos bosques e das paisagens agrícolas, que, segundo Alier (1998, p. 32-33), são o “aprovisionamento material e energético dos humanos”, tanto dos ricos como dos pobres. Entenda-se isso como que se não houver políticas de preservação em qualquer um dos polos (ricos e pobres), não haverá, como Alier (1998) salienta, as condições para se diminuir a complementação de energia com combustíveis fósseis e produtos químicos. O ecologismo dos pobres justapõe-se ao que até então vinha sendo discutido: as novas prefe-



rências de consumo, pois são decorrentes exatamente das consequências das tomadas de decisão sobre o que e como usar os bens naturais. A questão da sustentabilidade passa por uma reinvenção dos modos de consumo tanto em centros desenvolvidos quanto em áreas menos desenvolvidas economicamente para lidar com a exploração desordenada dos recursos naturais. Nesse caso, o movimento *Slow* parece ser emblemático: possui uma estrutura organizacional dirigida por um Comitê executivo, com eleições a cada quatro anos em congresso internacional. Essa organização é formada por um comitê presidencial e por um conselho internacional, que por sua vez é formado por representantes de países que tenham ao menos 500 associados. E com países possuindo sedes nacionais com comitê executivo local, constitui-se numa grande corporação similar às multinacionais. Daí seu papel num mercado alimentar competitivo não ser pequeno. De outro modo, seus projetos estão todos voltados para os pequenos produtores, em investimentos no cultivo de alimentos regionais e na comercialização desses produtos. Assim, o *Slow* parece um tipo de ecologismo dos pobres. Contudo, tem uma origem num estrato social de classe média, pois se beneficia da ideologia que valoriza a gastronomia (que é um valor urbano e não é propriamente um valor do mundo popular). Isso é o que torna o *slow* interessante: ele mixa estas dualidades – ricos e pobres, popular e elite.

### **Considerações finais**

Tratar de um tema como esse não é uma tarefa fácil quando não se sabe do quanto de material ainda pode-se obter. Apontei alguns aspectos e motivos que se entrelaçam nas relações entre o que podemos chamar aqui de princípios de mercado e princípios ambientais, como forma de desvelar o que muitas vezes parece estar claro, compreensível e de fácil resolução. Portanto, vimos que o foco não foi apenas no conceito de sustentabilidade, nem apenas na relação entre diferentes estratégias do mercado e o movimento *Slow*. Foi no conjunto desses elementos que se entrecruzam no decorrer das ações colocadas em prática, tanto para favorecer o mercado de consumo tradicional como o mercado de produtos ecológicos.

Ao começar tratando teoricamente da sustentabilidade, quis apontar os desajustes no mercado de produtos e consumo com a tomada de decisões políticas a partir do que se discute atualmente sobre meio ambiente. Assim, posso compreender que, se há um esforço por parte da economia em reorganizar-se, tendo em vista a perda de mercados como consequência da escassez de produtos, esse mesmo esforço poderá inexistir, uma vez que as necessidades sejam diferentes e maiores. Temos, então, o caso do movimento *Slow*, que de outra forma transforma o

que poderá se tornar escasso – o bem ecológico – em bem plausível de produção e comércio. Ou seja, o alimento orgânico e todos os princípios estruturantes do movimento, tornam-se os novos vetores de uma economia ecológica possibilitando uma economia realmente sustentável. E aqui não se pode criticar os esforços em busca da sustentabilidade social e ambiental pelo movimento *Slow*.

## Referências

ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

\_\_\_\_\_. *Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana*. 26. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.107, p. 25-38, jul./dez. 2004.

ALIER, Joan Martinez. *Curso sobre economia ecológica: período 2,3 de julho de 2001*. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.

\_\_\_\_\_. *Da economia ecológica ao economismo popular*. Blumenau: Ed. da FURB, 1998.

\_\_\_\_\_. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

BARBOSA, L. C. G.; LAGES, A. M. *Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió*. III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARVALHO, Isabel; SCOTTO, Gabriela; GUIMARÃES, Leandro Belinasso. *Desenvolvimento Sustentável*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. *Slow food e a educação do gosto: um movimento social sem pressa*. Prâksis (Novo Hamburgo), v. II, p. 101-108, 2008.

CASTAÑEDA DE ARAUJO, M. *Ambientalização e politização do consumo e da vida cotidiana: uma etnografia das práticas de compra de alimentos orgânicos em Nova Friburgo/RJ*. Dissertação de mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

FREEMAN III, A. Myrick. Economia. In: JAMIESON, Dale (org.). *Manual de Filosofia do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

HAUWERMEIREN, Saar Van. *Manual de economia ecológica*. Santiago: Rosa Moreno, 1998.

HOLLAND, A. Sustentabilidade. In: JAMIESON, Dale (org.). *Manual de Filosofia do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. *Consumo: uma perspectiva antropológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MENASCHE, Renata. *Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não?* In: II Encontro da ANPPAS, 2004, Indaiatuba.

NOZICK, Robert. A justiça distributiva. In: KRISCHKE, Paulo José. *O contrato social: ontem e hoje*. São Paulo: Cortez, 1993, p. 192-223.

PORTILHO, Fátima; CASTANEDA, Marcelo e CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. *A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade* Ciênc. saúde coletiva [online]. 2011, vol.16, n.1, p. 99-106.

PORTILHO, F. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Sociabilidade, confiança e consumo na feira de produtos orgânicos. In: BARBOSA, L.; PORTILHO, F.; VELOSO, L. *Consumo: Cosmologias e Sociabilidades*. Rio de Janeiro: MAUAD X; Seropédica: EDUR, 2009.

WOORTMANN, K. *Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda*. Relatório Final de Pesquisa. Série Antropologia – 20. Brasília, UnB, 1978. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie2-0empdf.pdf>>. Acesso em jan. 2008.

## TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert  
*O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Kriskchke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airon Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (ant)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud

- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élda Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring
- N. 53 *Juízos ou emoções de quem é a primazia na moral?* – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 55 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Prof. Dra. An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 57 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Prof. Dra. Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Verissimo* – Prof. Dra. Regina Zilberman
- N. 63 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 64 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Addressa da Silva
- N. 65 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 66 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Prof. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 67 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Prof. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 68 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 69 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 70 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 71 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 72 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Prof. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 73 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Prof. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 74 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 75 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 76 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 77 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Prof. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 78 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 79 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 80 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 81 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 82 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Prof. Dra. Gláucia de Souza
- N. 83 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 84 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton & Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 85 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 86 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Prof. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 87 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 88 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Prof. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 89 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 90 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 91 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Prof. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 92 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 93 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 94 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 95 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 96 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 97 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 98 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Prof. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 99 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 100 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 101 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 102 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 103 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 104 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Prof. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 105 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 106 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha

- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montañó
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques & Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral & Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet & Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira & Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke & Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge & Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrot Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni



**Eriberto Nascente Silveira** é graduado em Pedagogia pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Atualmente é doutorando em Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, sob orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Isabel Carvalho, tendo como pesquisa “Educação e ambientalização: novos princípios para o mercado”.

#### **Publicação do autor**

SILVEIRA, E. N. “Educação, Trabalho e Motivação numa Reserva Extrativista”. In *I Congresso Internacional Florense de Direito e Ambiente – Preservação e gestão das florestas*. Caxias do Sul: Editora Plenum, 2011.